



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO - CDSA
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO - UAEDUC
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

MARIA DAS DORES BATISTA DA SILVA

**A INFLUÊNCIA DA DESQUALIFICAÇÃO E DA TRIBUTAÇÃO NA FORMAÇÃO
DO COMÉRCIO INFORMAL: um estudo de caso na feira do mercado público de
Sumé- PB**

SUMÉ-PB
2014

MARIA DAS DORES BATISTA DA SILVA

**A INFLUÊNCIA DA DESQUALIFICAÇÃO E DA TRIBUTAÇÃO NA FORMAÇÃO
DO COMÉRCIO INFORMAL: um estudo de caso na feira do mercado público de
Sumé-PB**

Artigo apresentado ao curso de Tecnologia em
Gestão Pública da Universidade Federal de
Campina Grande-UFCG, em cumprimento às
exigências para conclusão de curso. Orientador
(a): Antônio da Silva Campos Junior.

SUMÉ-PB
2014

S586i Silva, Maria das Dores Batista da
A influência da desqualificação e da tributação na
formação do comércio informal: um estudo de caso na feira
do mercado público de Sumé-PB. / Silva, Maria das Dores
Batista da. - Sumé: [s.n], 2014.
26p.

Orientador: Professor Me. Antônio da Silva Campos
Júnior.

Artigo Científico (Trabalho de Conclusão de Curso) -
Universidade Federal de Campina Grande; Centro de
Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de
Tecnologia Superior em Gestão Pública.

1. Gestão pública. 2. Comércio informal. 3. Feira livre
- Sumé - cidade. 4. Mercado Público de Sumé. 5. Tributação.
I. Campos Júnior, Antônio da Silva. II. Título

CDU 339.177(045)

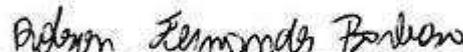
MARIA DAS DORES BATISTA DA SILVA

A INFLUÊNCIA DA DESQUALIFICAÇÃO E DA TRIBUTAÇÃO NA FORMAÇÃO DO COMÉRCIO INFORMAL: um estudo de caso na feira do mercado público de Sumé-PB

Artigo científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Mestre Antônio da Silva Campos Júnior
Orientador


Prof. Mestre Robson Fernandes Barbosa
Examinador 01


Prof. Doutor Gilvan Dias de Lima Filho
Examinador 02

Trabalho aprovado em Sumé – PB, 27 de Agosto de 2014.

RESUMO

Optou-se por desenvolver o presente estudo no município de Sumé - PB considerando-se, em primeiro lugar, a dimensão e a vitalidade do seu mercado de trabalho, apesar de todos os problemas conhecidos nesta área, como o desemprego, a desindustrialização e outros. Tal escolha permitiu que se mostrasse de modo mais detalhado a diversidade do setor informal. O trabalho apresenta como objetivos analisar a influência do tributo na formação do comércio informal; apontar as dificuldades do comércio informal acerca dos tributos; analisar o panorama do setor informal do mercado público de Sumé - PB, observando as relações socioculturais dos trabalhadores nele envolvido. A metodologia utilizada foi do tipo exploratória-descritiva com abordagem qualitativa, com utilização de instrumental em forma de questionário. Utilizou-se como amostragem 20% das 200 famílias vendedoras do comércio informal no município de Sumé. Os resultados da pesquisa foram satisfatórios, verificando-se que o público feminino predomina nesse tipo de comércio, com idades entre 20 e 60 anos e nível de escolaridade baixo. Grande parte dos usuários é casada e sobrevive com até um salário mínimo, o que expressa as fragilidades destes.

Palavras- Chave: Comércio informal. Tributos. mercado de trabalho.

ABSTRACT

We chose to develop this study in the municipality of Sumé - PB considering, first, the size and vitality of its labor market, despite all the known issues in this area, such as unemployment, deindustrialization and others. This choice allowed to show in more detail the diversity of the informal sector. The work has as objective to analyze the influence of the tax in the formation of informal trade, pointing out the difficulties of informal trade on taxes; describe the complexity of the informal sector to identify the main aspects of the Sumé - PB tax system taxes. The methodology was exploratory - descriptive to a quantitative approach through technical field research, using instrumental in questionnaire form. Was used as sampling 20 % of the 200 families' sellers informal trade in the municipality of Sumé. The survey results were satisfactory, verifying that the female audience prevails in this type of trade, aged 20 and 60, and low education. Most users is married and lives up to the minimum wage, which expresses the weaknesses of these.

Key words : Informal trade. Taxes. the labor market.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Localização geográfica do município de Sumé – PB	11
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Percentual dos usuários com relação ao gênero	14
GRÁFICO 2: Percentual dos usuários com relação à faixa etária	15
GRÁFICO 3: Percentual com relação à situação escolar	16
GRÁFICO 4: Por que você optou por ser comerciante informal?	17
GRÁFICO 5: Em sua opinião, o comércio informal pode contribuir para o desenvolvimento local?	18
GRÁFICO 6: Porcentagem quanto à repressão por parte da Sociedade	19
GRÁFICO 7: Pagam algum tributo a Prefeitura? Qual?	20
GRÁFICO 8: O poder local pode contribuir para melhorar o aspecto do comercio informal? De que forma?	21

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
2 REVISÃO DA LITERATURA	8
3 METODOLOGIA	10
3.1 Área de estudo	10
3.2 Classificação da Pesquisa	11
3.3 Quanto à abordagem do Problema	12
3.4 Quanto ao Método	12
3.5 Tratamento e apresentação dos dados coletados	12
3.6 Coletas de dados	12
3.7 Procedimento e análise de dados	13
3.8 Tipo de pesquisa	13
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	13
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS	23
APÊNDICE: Questionário aplicado junto à população de comerciantes inseridos no mercado informal do município de Sumé - PB	25

INTRODUÇÃO

A necessidade de defesa da liberdade e da propriedade foi o motor das reações à arbitrariedade do poder. Em 1215, na Inglaterra, os barões e os religiosos impuseram a Magna Carta ao rei John, procurando conter o seu arbítrio mediante a separação de poderes, sendo que, quanto à imposição de tributos, fizeram estampar o consentimento quanto a três tributos tradicionalmente admitidos (visando ao resgate do rei e por força da investidura do primeiro filho como cavaleiro e do matrimônio da primeira filha e a necessidade de um concílio para autorizar a cobrança de outros tributos pelo rei).

O elenco de competências e o estabelecimento de limitações durante muito tempo eram visto como efetiva contenção do poder de tributar do Estado. Tal perspectiva passou a se alterar ao longo do último século de modo que se tornasse mais claro que a tributação não constitui propriamente uma concessão da sociedade em favor do Estado, tampouco uma exigência unilateral deste, mas, sim, instrumento da própria sociedade para viabilizar a manutenção da máquina pública estruturada conforme os anseios desta mesma sociedade, representada pelos titulares dos cargos eletivos.

Daí o surgimento da noção de que a obrigação de pagar tributos constitui dever fundamental do indivíduo, responsável que é pela manutenção da sociedade que integra. (PAULSEN, 2010)

Ainda segundo o autor, a arrecadação tributária, durante muito tempo, foi objeto exclusivo da ciência das finanças e, no âmbito jurídico, do direito administrativo, que disciplinava as coisas do estado. Posteriormente, tiveram a emancipação do direito financeiro como disciplina e a demandar cuidados específicos, identificando-se princípios próprios e produzindo-se legislação especial. Apenas no último século é que se passou a ter um tratamento sistemático específico para as questões atinentes à tributação.

Objetivou-se analisar a influência do tributo na formação do comércio informal no mercado de Sumé; apontar as dificuldades do comércio informal acerca dos tributos e analisar o panorama do setor informal do mercado público de Sumé-PB, observando as relações socioculturais dos trabalhadores nele envolvidos. A metodologia utilizada foi do tipo exploratória/descritiva, com utilização de instrumental em forma de questionário.

Neste sentido, partiremos do seguinte questionamento: qual a influência do tributo para a formação do comércio informal de Sumé-PB e quais suas implicações sócio/culturais para o município?

2 REVISÃO DA LITERATURA

A realidade tributária brasileira é notoriamente complexa, sendo um dos componentes do chamado “custo Brasil”. Existem dezenas de tributos exigidos em nosso país, entre impostos, taxas e contribuições.

Segundo Zanluca (2010), o excesso de tributação inviabiliza muitas operações e cabe ao administrador tornar possível, em termos de custos, a continuidade de determinados produtos e serviços, num preço compatível com o que o mercado consumidor deseja pagar. Não obstante, há ainda a edição de grande quantidade de normas que regem o sistema tributário, provenientes dos três entes tributantes (União, Estados e Municípios). Cálculos aproximados indicam que um contabilista, somente para acompanhar estas mudanças, precisa ler centenas de normas (leis, decretos, instruções normativas, atos, etc.) todos os anos.

E ainda, há dezenas de obrigações acessórias que uma empresa deve cumprir para tentar estar em dia com o fisco: arquivos digitais, declarações, formulários, livros, guias, etc. Se não bastasse este caos, existe ainda o ônus financeiro direto dos tributos, que tomam até 40% do faturamento de uma empresa. Somente o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) pode tomar 18%, o Imposto de Produto Industrializado (IPI), 10%, o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), até 9,25%, além do Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Contribuição Sindical, Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), etc.

Desta forma, o grande volume de informações e sua contínua complexidade acabam dificultando a aplicação de rotinas e o planejamento. As pessoas responsáveis pelo setor de tributos das empresas dispõem de pouco tempo para dedicar-se ao estudo das legislações pertinentes, resignando-se ao cumprimento dos hábitos e recolhimento dos tributos, às vezes de forma imprecisa ou incorreta.

Conforme Sai (2012), o artigo III do código tributário Nacional conceitua o vocabulário “tributo”, como:

Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não construa sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Nosso sistema tributário é rígido, quanto aos tributos em geral, porque a Constituição Federal (CF/88) relaciona um a um todos os impostos e contribuições que as pessoas políticas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) podem nas suas competências privativas instituir e exigir dos respectivos contribuintes.

Da rigidez do sistema surgem efeitos. Por exemplo, o supremo Tribunal Federal (STF) tem declarado inconstitucional a cobrança de taxas municipais de conservação de estradas, porque a Constituição Federal (CF) diz que: para a cobrança de taxas, não se poderá tomar como base de cálculo a que tenha servido para a incidência dos impostos (CASSONE, 2011).

A Constituição Federal informa os princípios ou as regras a seguir; Código Tributário Nacional (CNT) trata das normas gerais, e a lei ordinária como norma, viabiliza tais princípios e regras, estabelecendo detalhadamente as obrigações e os direitos dos contribuintes. E é o desdobramento de tudo isso que, de agora em diante, iremos estudar num sincronismo teórico/prático.

A crise socioeconômica originou uma nova categoria de trabalhadores: os camelôs. Sem carteira de trabalho assinada, eles tentam driblar de forma criativa, as demissões em massa ocorridas nas indústrias. Dezenas de barracas, vendendo os mais diversos tipos de produtos, foram instaladas nas praças, e ruas das cidades.

A rápida multiplicação desses trabalhadores gerou novos impasses entre diferentes setores da sociedade. Os comerciantes passaram a exigir do poder municipal alguma ação que coibisse a existência dos camelôs, sob a argumentação de que prejudicam as vendas ao oferecerem produtos similares aos das lojas a preços muito menores.

A preocupação com os vendedores ambulantes nas cidades reflete parte das questões referentes à economia informal (que gera renda, mas não paga impostos nem seguridade social) presentes nas agendas do poder público federal, estadual e municipal. Um levantamento feito pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra o brasileiro satisfeito em trabalhar sem patrão e sem carteira assinada (no total somam 38,6% dos trabalhadores).

Entre os pesquisados, 85% dos que deixaram o trabalho assalariado para ter um negócio próprio não querem mudar de ramo ou buscar emprego no mercado formal. Afinal, grande parte dessas pessoas foi demitida das indústrias por se tratar de trabalhadores menos qualificados e, ao ingressarem na venda informal de serviços ou produtos, aumentaram sua renda em relação à situação anterior.

Segundo Paulsen (2010), a Constituição Federal, ao estabelecer as competências tributárias, as limitações ao poder de tributar e a repartição de receitas tributárias, permite que se extraia do seu próprio texto o conceito de tributo por ela considerado.

Cuida-se de prestação em dinheiro exigida compulsoriamente pelos entes políticos de pessoa física ou jurídica, com ou sem promessa de devolução, forte na ocorrência de situação estabelecida por lei que revele sua capacidade contributiva ou sua vinculação à atividade Estatal que lhe diga respeito diretamente, com vista à obtenção de recursos para o financiamento geral do estado ou para financiamento de atividades ou fins específicos. Estes são realizados e promovidos pelo próprio Estado ou por terceiros no interesse público.

Existem vários estudos sobre o comportamento da economia do setor informal. Smith (1994) a define como “produção de bens e serviços baseados no mercado, legal ou ilegal, que escapa da detecção das alternativas oficiais do Produto Interno Bruto”. Para Schneider (1994) “toda atividade que contribui para o cálculo oficial ou observado do Produto Interno Bruto, mas não são corretamente registradas”. A economia informal pode ser compreendida pelas atividades “legais e ilegais. As legais são aquelas que são “socialmente aceitas”, como por exemplo: omissão de salário, juros, lucros, recebimento de salário desemprego, e/ou outra forma de seguridade social. A forma ilegal, aquelas que se compõem de vendas de produtos roubados, do contrabando, ou qualquer outra atividade que provenha dessa natureza.

Tributa-se porque há necessidade de recursos para manter as atividades a cargo do poder público ou, ao menos, atividades que são do interesse público, ainda que desenvolvidas por outro ente, porém, analisar a influência do tributo na formação do comércio informal é de suma importância.

3 METODOLOGIA

3.1 Área de estudo

A pesquisa foi realizada no mercado público do município de Sumé – PB, local onde se concentram os feirantes. A Figura 1 ilustra a localização geográfica do município de Sumé, na Paraíba.

FIGURA 1: Localização geográfica do município de Sumé – PB.



Fonte: Mapstore (2013).

3.2 Classificação da pesquisa

A metodologia aplicada a este trabalho de pesquisa foi, no que diz respeito à classificação científica, quanto ao fim, do tipo exploratória e descritiva. De acordo com Marconi e Lakatos (2009), a pesquisa exploratória tem como fim a elaboração de questões ou de um problema, buscando desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente, para a realização de uma pesquisa futura mais concisa, ou modificar e aclarar conceitos.

Quanto aos meios utilizados para se alcançar os objetivos propostos, a pesquisa se desenvolveu através de dois tipos de levantamento: a pesquisa bibliográfica. O método bibliográfico abrange a bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, a partir de publicações avulsas, revistas, livros, relatórios de pesquisas, entre outros. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito sobre determinado assunto (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 185).

Ainda de acordo com os autores acima é a forma de se colocar o autor em contato direto com tudo que foi escrito, publicado sobre o tema.

Quanto ao método, o estudo de caso, segundo Gil (1999, apud BEUREN, 2006, p. 84), “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”.

Dessa forma, a coleta dos dados desta pesquisa deu-se de forma indireta, realizada através de questionário que segundo Marconi e Lakatos (2009, p. 98) são “um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que visa responder às necessidades de conhecimento de certo problema ou fenômeno”.

3.3 Quanto à abordagem do problema

Esta pesquisa utilizou o método de abordagem: qualitativo

Na pesquisa qualitativa o pretendido é o conhecimento das características e atributos de certos indivíduos. Para Vieira (2009), a pesquisa qualitativa mostra as opiniões, as atitudes e os hábitos de pequenos grupos, selecionados de acordo com perfis determinados.

3.4 Quanto ao método

Neste trabalho de pesquisa foi utilizado o método dedutivo. Para Gil (2008, p. 10), tal método “parte da observação de fatos ou fenômenos cujas causas se desejam conhecer. A seguir, procura-se compará-los com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles. Por fim, precede-se à generalização, com base na relação verificada entre os fatos ou fenômenos”. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

3.5 Tratamento e apresentação dos dados coletados

Após o recolhimento dos questionários pelos respondentes, os mesmos foram examinados, observando-se se estavam completos e compreensíveis. As respostas foram tabuladas usando a estatística descritiva básica para obtenção da frequência relativa e absoluta das variáveis.

Utilizou-se como ferramenta de tabulação dos dados o programa Microsoft Office Excel 2010.

3.6 Coletas de dados

A pesquisa foi realizada no mercado público de Sumé-PB, o dia que acontece a feira livre é na segunda-feira. Os dados foram coletados a partir da aplicação de um questionário/análise composto por 09 (nove) questões objetivas e discursivas, dentro de uma

dinâmica própria para aplicação do questionário, dinâmica esta organizada em um único momento.

3.7 Procedimento e análise de dados

Seguindo a perspectiva do levantamento, nesta fase os dados foram listados, agrupados em categorias, e apresentados em forma de gráficos com o auxílio de aplicativo de informática Excel também com o auxílio de aplicativo editor de texto Word.

3.8 Tipo de pesquisa

O presente estudo é do tipo exploratório-descritivo com abordagem qualitativa, com utilização de instrumental em forma de questionário.

A partir da técnica de levantamento, na fase de tratamento dos dados, em que foram utilizadas respostas às questões de múltipla escolha e discursivas, formuladas no instrumental de pesquisa. Quanto aos fins, a pesquisa se caracteriza por ser do tipo exploratória, o que segundo Silva e Menezes (2001) “visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Também aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o “porquê” das coisas”.

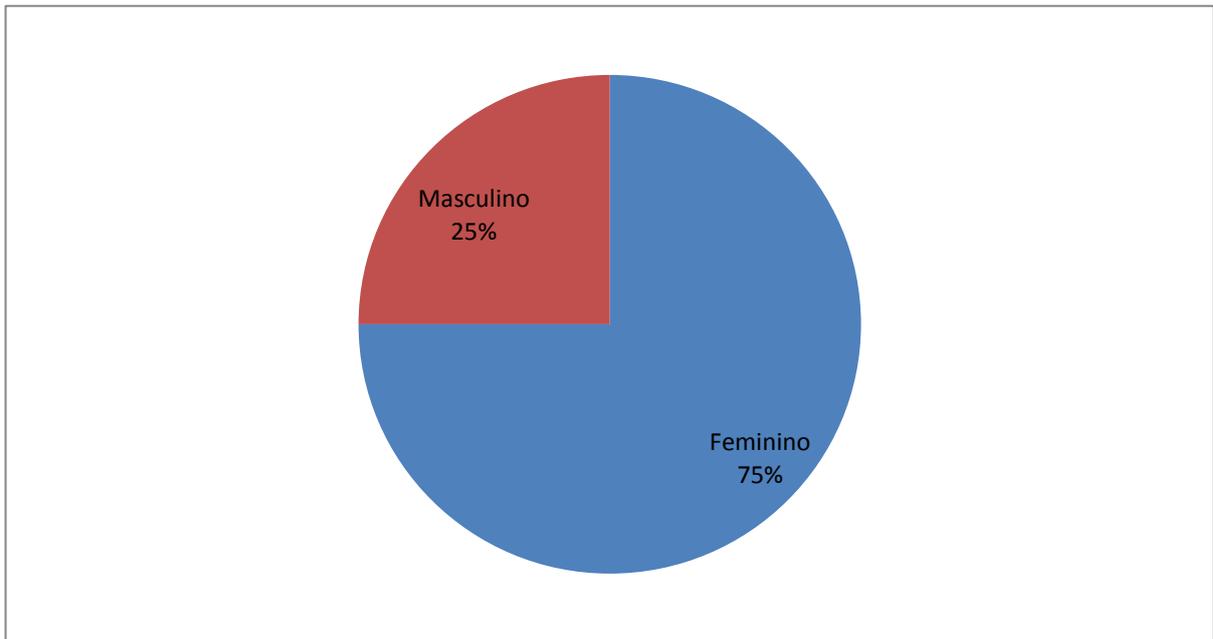
Quanto aos meios, a pesquisa torna-se descritiva. Assim, para Rudio (1999), a pesquisa descritiva “está interessada em descobrir e observar fenômenos procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los”.

Utilizou-se como amostragem 20% das 200 famílias vendedoras do comércio informal no município de Sumé, estes dados foram levantados junto a prefeitura municipal de Sumé-PB, responsável pela a organização dos feirantes do mercado público.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados foram coletados em uma etapa e serão apresentados neste capítulo de forma a permitirem esclarecimentos.

As perguntas foram transformadas em categorias, de forma a permitirem uma melhor análise dos dados. Foram entrevistados 40 vendedores do mercado informal, de um total de 200 feirantes.

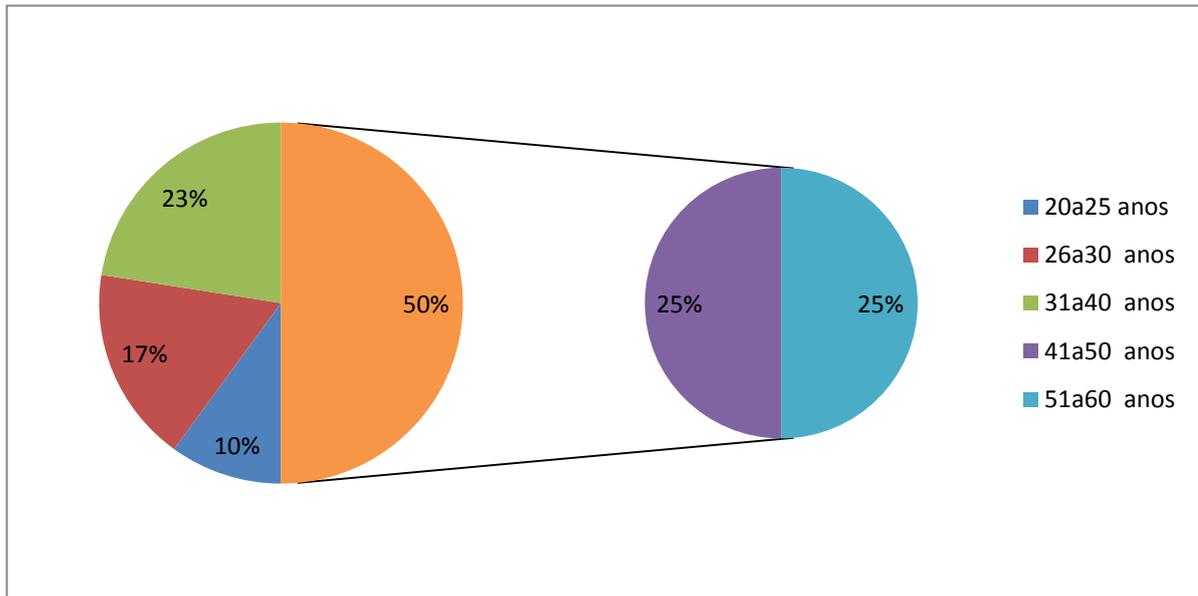
GRÁFICO 1: Percentual dos usuários com relação ao gênero.

Fonte: Pesquisa de Campo

No início do século, o homem era provedor do lar. A mulher não deveria sair pra trabalhar e ganhar dinheiro, pois, ficavam mal vistas pela sociedade, pois, trabalhar era uma tarefa para os homens. O papel da mulher era apenas de cuidar da casa e dos filhos. Desde da segunda guerra mundial, por falta de mão de obra masculina, as mulheres vem conquistando um espaço no mercado de trabalho e com passar dos tempos o mundo, ou a sociedade no geral, aposta nos valores femininos. Na pesquisa feita com 20% dos comerciantes informais no mercado de Sumé, fica legível o numero de mulheres que ocupa um espaço no mercado de trabalho, no total de 75%.

Com esses dados é visível a expansão e força-de-mão de obra e a evolução feminina, lutando contra o individualismo para ganhar seu próprio dinheiro, e ainda ter sua competência reconhecida, e cada vez mais conquistando espaço e o respeito de todos.

Outro aspecto relevante refere-se à divisão do trabalho familiar. Pelo o que se pode observar, em geral, os produtos vendidos na feira, como frutas e hortaliças, são produzidos por toda família até chegar às bancas. Há uma divisão de tarefas, enquanto os homens ficam responsáveis pelo cultivo, as mulheres se encarregam das vendas. Isso mostra que os feirantes retiram dessa atividade o principal meio de sobrevivência e sustento da família.

GRÁFICO 2: Percentual dos usuários com relação à faixa etária.

Fonte: Pesquisa de Campo

O gráfico 2 mostra que 50% dos feirantes está acima dos 50 anos, atestando que ao longo dos anos a economia vem mudando o rumo de suas atividades, sustentada pela modernidade através da tecnologia e técnicas inovadoras. Essa nova postura tanto exige uma ampliação de novos conhecimentos, como também exige habilidades, que é de suma importância na integração do processo produtivo.

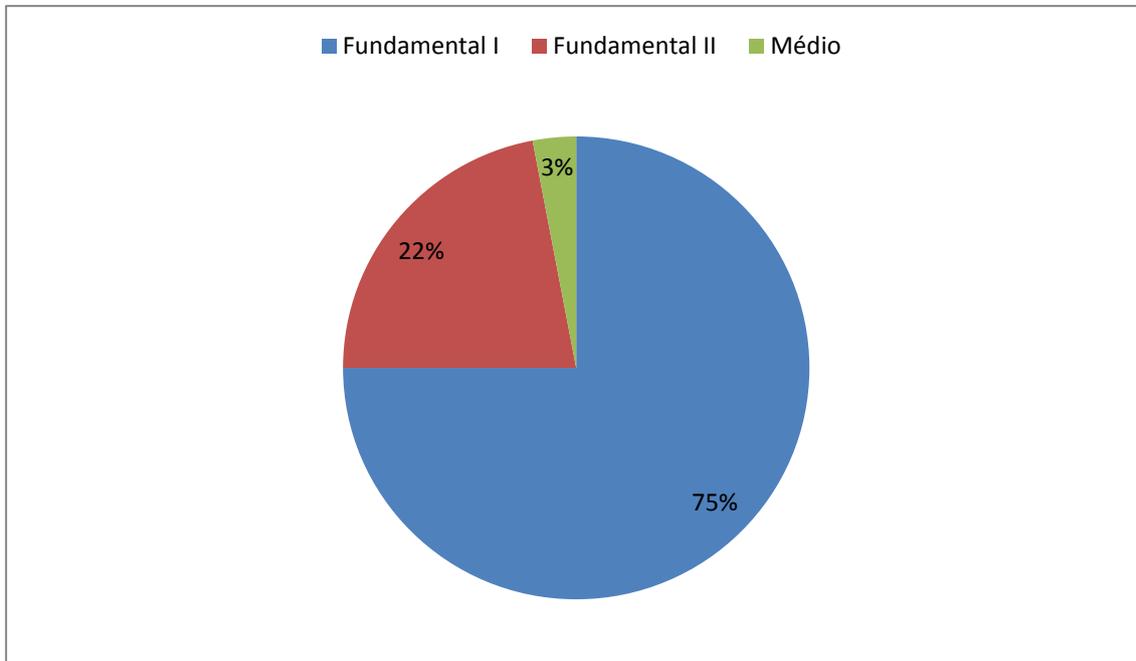
No que diz respeito à qualificação de mão-de-obra, no mercado de trabalho, isso passa a ser exigido com um nível de escolaridade elevado.

Dessa forma, atinge indiscriminadamente todos os trabalhadores, ficando mais difícil adaptar-se a novas mudanças, haverá uma competição entre indivíduos com maior idade e trabalhadores mais jovens, dos quais já estão enterados com uma nova realidade e as novas tecnologias. Além do mais, na medida em que os trabalhadores envelhecem, tendem a sofrer alguma discriminação pela mentalidade existente no seu local de trabalho e/ou na sociedade, ou seja, são classificados como pessoas que têm menor capacidade de trabalho.

Devido a essa percepção em relação à idade que acaba rotulando as pessoas, isso faz com que haja uma frustração nos trabalhadores, tirando expectativas cômodas para o futuro. Devido a essa modernização produtiva, afetou de forma significativa a faixa etária, fazendo com que pessoas com idade a partir de 40 anos percam espaço no mercado de trabalho formal, levando-os ao desemprego. Por tanto, o mercado de trabalho informal, onde se trabalha por

conta própria e não necessariamente precisa-se de mão-de-obra qualificada, vem sendo uma alternativa para esses trabalhadores que foram desligados do mercado de trabalho.

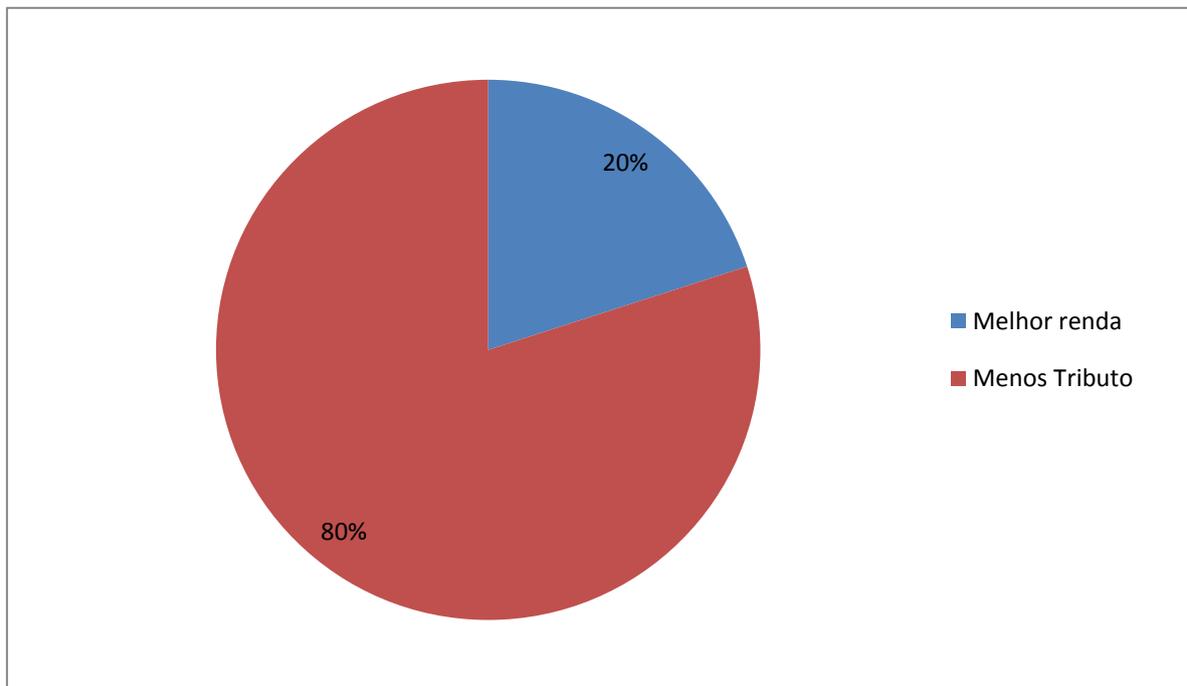
GRÁFICO 3: Percentual com relação à situação escolar



Fonte: Pesquisa de Campo

É notória a constatação do percentual de comerciantes informais que possuem um grau de escolaridade baixo, somam-se 75% os que possuem o ensino fundamental I, 22% os que possuem o ensino fundamental II e 3% os que possuem o 1º ano científico (ensino médio). Sabe-se que no mercado de trabalho formal, a escolaridade é um recurso para a qualificação de mão-de-obra. Por falta de requisitos básicos para disputar uma vaga no mercado formal de trabalho é que o comércio informal tornou-se um meio de sobrevivência para o trabalhador.

O baixo nível de escolaridade tornou-se um problema comum para a sociedade, pois, com a falta de qualificação de profissionais, conseqüentemente haverá menos oportunidades no mercado de trabalho formal, fazendo com que haja um crescimento e uma maior procura pelo o setor informal.

GRÁFICO 4: Por que você optou por ser comerciante informal?

Fonte: Pesquisa de Campo

Quando se fala de comercio informal, o Brasil lidera esse território. Cerca de 30% trabalham em alguma atividade informal. Estes dados foram levantados em um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) feito com bases em informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

Uma questão levantada na pesquisa feita com os feirantes de Sumé foi, por que optaram em ser comerciante informal? E 20% responderam que preferiam trabalhar por conta própria para uma melhor renda, pois queriam uma atividade mais rentável, 80% disseram que queriam algo que não houvesse tantos gastos em pagamentos de Tributos. Devido ser um comercio informal, e se tratar de uma feira livre, esses comerciantes pagam uma taxa cobrada pela prefeitura pelo o espaço ocupado para venda de suas mercadorias.

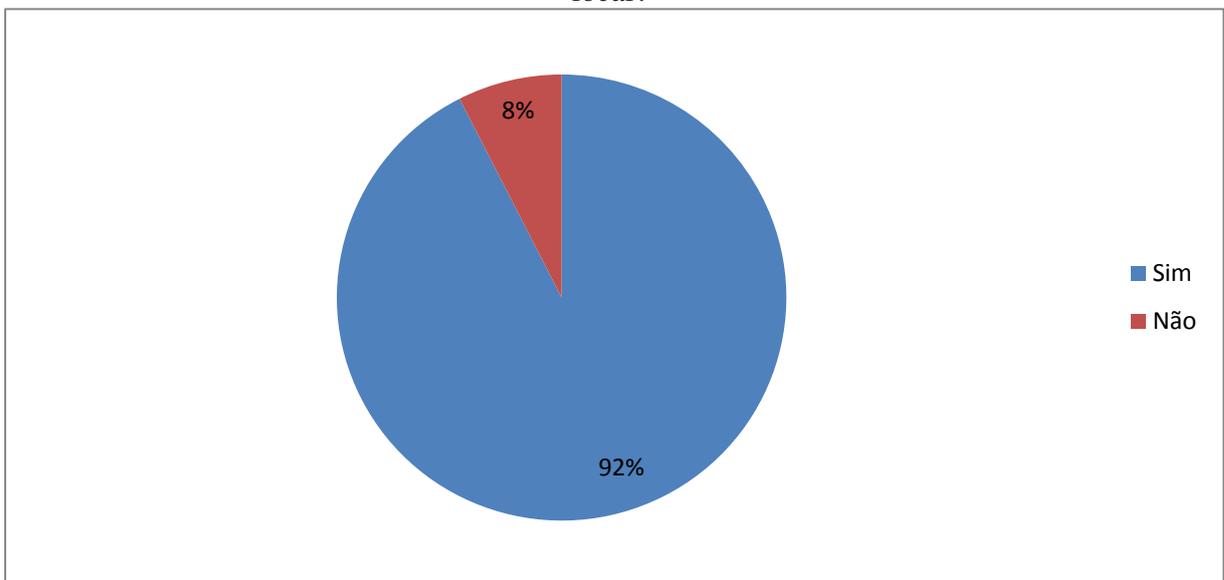
Sabe-se que tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa Expressar, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. Cabe esclarecer que alguns disseram que também havia outros motivos que os conduziram a essa atividade. Entre eles 90% eram desempregados.

Entre esses desempregados estavam cerca de 50% que não possuíam um nível de escolaridade elevado e/ou já tinham mais de 40 anos. Como já foi dito anteriormente nos

gráficos de Grau de Escolaridade e de Faixa Etária, por falta de mão-de-obra qualificada e idade indiscriminadamente considerada avançada para o trabalho, os mesmos acabaram não tendo chance de inserir-se no mercado de trabalho formal.

Os comerciantes também falaram das vantagens e desvantagens em ser autônomo, uma delas é que você faz seu horário e acaba se programando de acordo com suas necessidades. E as desvantagens é que não têm uma renda fixa, mesmo não tendo gastos com impostos não dá pra saber o certo do rendimento no fim do mês, e acaba que falta segurança, pois não pagam Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou outro tipo de previdência.

GRÁFICO 5: Em sua opinião, o comércio informal pode contribuir para o desenvolvimento local?



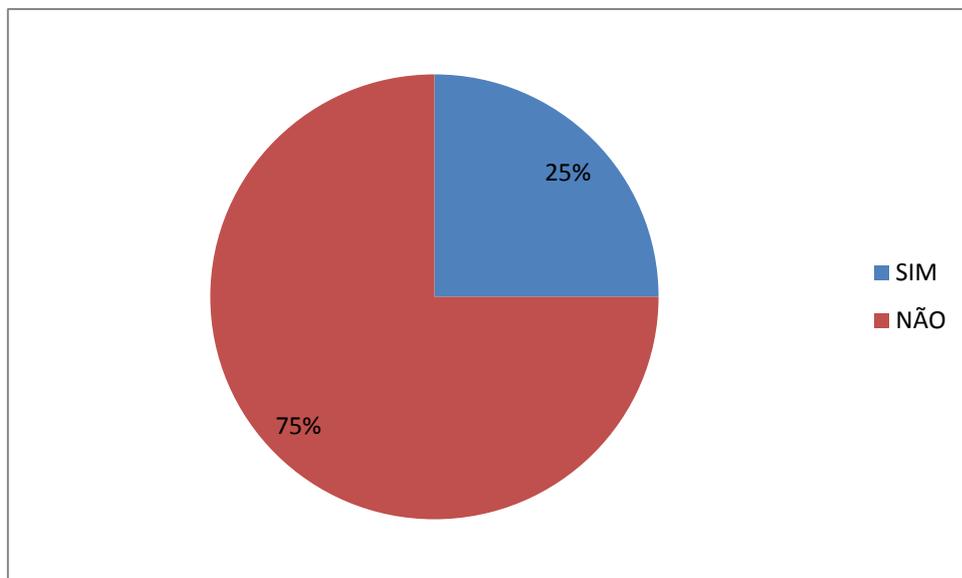
Fonte: Pesquisa de Campo

É pertinente dizer que o comércio informal pode contribuir sim para o desenvolvimento local. Essa contribuição ocorre de diversas formas, uma delas que há um abastecimento de produtos diversificados que não são encontrados no comércio local. A feira livre consegue suprir a população de vários produtos, sejam eles de necessidades ou supérfluos.

O fato é que o mercado de Sumé não atende apenas ao consumidor final, mas também outros comerciantes que adquirem produtos da feira, como por exemplo, os supermercados que compram as mercadorias na feira livre, e repassam para o consumidor final.

Na pesquisa feita com os feirantes, 92% disseram que é através desses abastecimentos locais que se torna evidente a contribuição para o desenvolvimento local, além disso, a feira livre (camelôs) por apresentar um baixo preço, possibilita um consumo significativo da população local, ou seja, influencia o comércio local a trabalhar com preços menores. Enfim, são ganhos interessantes que o comércio informal traz para o desenvolvimento local, de uma forma ou de outra através de menores preços praticados.

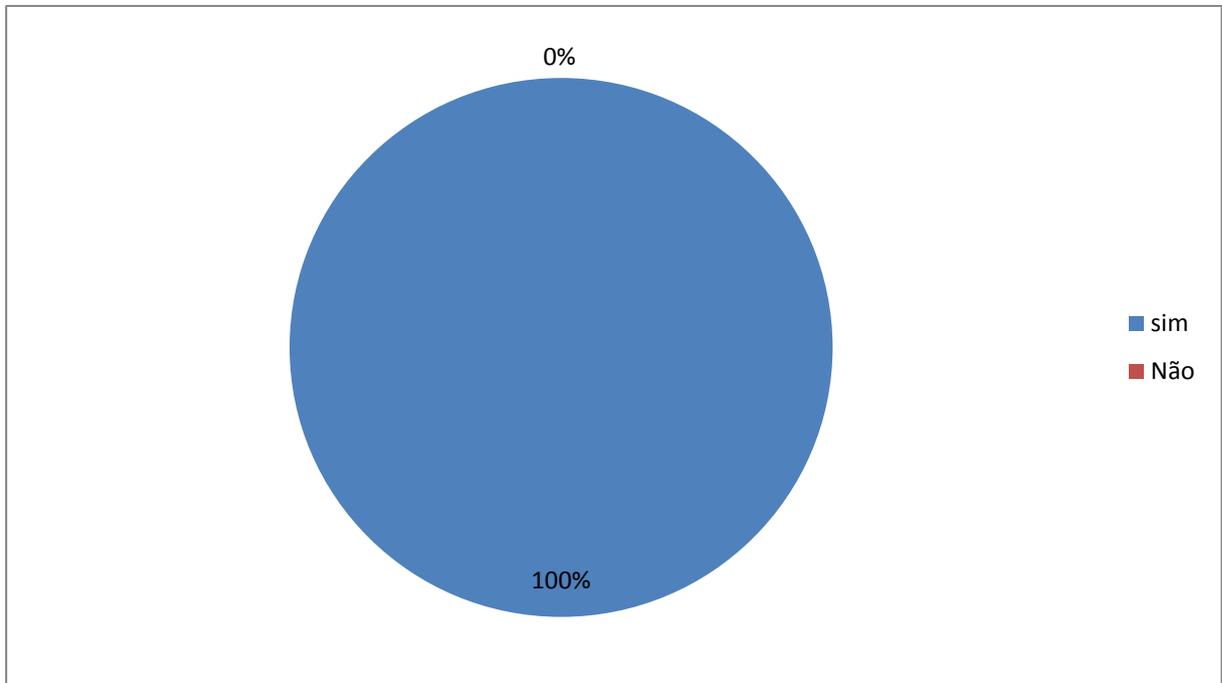
GRÁFICO 6: Porcentagem quanto à repressão por parte da Sociedade



Fonte: Pesquisa de Campo

A relação entre comerciantes formais e informais é passiva, apesar de não terem o mesmo tratamento, com relação a pagamentos de impostos. Porém reconhecem que podem sim ser “mal vistos pelos comerciantes formais, porque não deixa de ser uma concorrência direta a eles, e por não pagarem os mesmos impostos, acaba que a mercadoria torna-se mais barata”.

Cerca de 75% não sofrem diretamente algum tipo de discriminação por serem autônomos; apenas 25% afirmam que por não serem legalizados, os comerciantes argumentam não ser justa a concorrência, uma vez que, pagam impostos, e os camelôs oferecem produtos similares aos das lojas com preços menores. O que acaba gerando um impasse com outros setores da sociedade, fazendo com que alguns comerciantes exijam do poder municipal, a proibição dos camelôs.

GRÁFICO 7: Pagam algum tributo a Prefeitura? Qual?

Fonte: Pesquisa de Campo

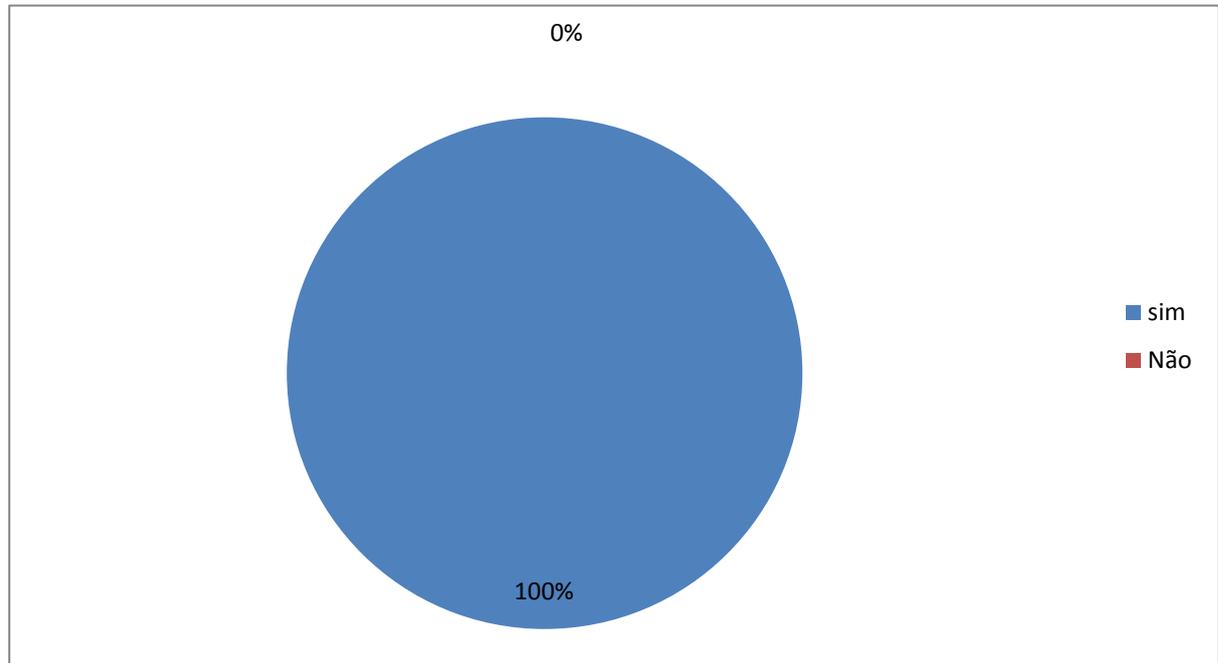
Mesmo se tratando de um comércio informal; a prefeitura, órgão responsável pela feira livre, cobra uma pequena taxa semanalmente aos comerciantes.

Sabe-se que taxa é “tributos incidentes sobre um fator gerador e que são aplicados em contrapartida a esse fato gerador”. Ou seja, é uma quantia na qual o comerciante paga em razão do espaço cedido pela prefeitura para que possa usufruir daquele local.

Em uma pergunta feita à prefeitura em caso de não pagamento (inadimplência), a mesma afirma que, o município tem a obrigação de garantir que todos paguem e tem se dedicado para que não ocorra inadimplência, com o gerenciamento e cobranças constantes junto ao mercado municipal, por ser o local onde as atividades dos ambulantes são praticadas.

Esses valores variam de R\$ 5,00 a R\$ 25,00 dependendo dos tamanhos das barracas e produtos comercializados. Em caso de não pagamento por parte dos ambulantes, isso pode vir acarretar a perda do direito do local e de exercer a atividade, bem como a impossibilidade de emitir documentos junto à prefeitura municipal.

GRÁFICO 8: O poder local pode contribuir para melhorar o aspecto do comercio informal? De que forma?



Fonte: Pesquisa de Campo

Por ser a prefeitura o órgão responsável pela organização do comércio informal (feira livre), os entrevistados entendem que o poder local deveria usar a taxa cobrada e arrecadada semanalmente para ampliar a estrutura do local, ou seja, melhorar o espaço físico, para facilitar seus trabalhos e para não ter uma maior poluição visual do local. Isso porque os comerciantes apontam alguns espaços que já estão em péssimas qualidades e impróprios para o uso, a exemplo disso são os banheiros, que deveriam estar adequados para o uso dos trabalhadores e consumidores que frequentam o local, mas apresentam problemas de limpeza e manutenção.

Vale lembrar que os valores de taxas arrecadadas pela prefeitura são direcionados ao custo do trabalho de organização do local da feira livre, quanto ao custeio de materiais e profissionais envolvidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados aqui apresentados, pode-se inferir que o perfil dos comerciantes do setor informal é bastante revelador das condições de vida da maioria das famílias brasileiras. A crise socioeconômica originou uma nova categoria de trabalhadores: os camelôs, que sem carteira assinada, buscam no setor informal, fugir de impostos, taxas e contribuições sociais e outros.

Entre os pesquisados, 85% dos que deixaram o trabalho assalariado para ter um negócio próprio, não querem mudar de ramo ou buscar emprego no mercado formal. Afinal, grande parte dessas pessoas foram demitidas das indústrias por se tratar de trabalhadores menos qualificados, e ao ingressarem na venda informal de serviços ou produtos, aumentaram sua renda em relação à situação anterior.

Observou-se ainda que no universo pesquisado há uma predominância do sexo feminino, o que atesta a importância do papel da mulher nas novas relações sociais. O sustento não fica apenas na responsabilidade do homem, mas se garante por meio de divisão de tarefas a todos os membros da família, cada um assumindo sua responsabilidade e contribuindo com sua parte no trabalho.

A faixa etária que predominou foi a de 40 a 60 anos de idade, o que leva a deduzir que devido à modernização produtiva, houve uma ressignificação do perfil dos trabalhadores informais, haja vista, o mercado de trabalho ter preferência pela mão de obra jovem e qualificada. Neste sentido, o comércio informal surge como janela de escape para aqueles que estão fora desse perfil etário.

Foi possível constatar ainda, uma predominância no baixo nível de escolaridade, o que leva a refletir o quanto a educação no Brasil precisa ser priorizada, na medida em que vai se movendo na direção da realidade, quando o sistema começa a fazer algumas exigências com relação à qualificação.

Verificou-se que a maioria dos vendedores paga uma taxa tributária à Prefeitura como condição necessária para manutenção de suas barracas, contudo, relata que, em contrapartida, o poder municipal deixa a desejar no tocante ao asseio dos banheiros e ambiente de trabalho.

Espera-se que este trabalho sirva de suporte para futuras investigações, bem como para subsidiar as ações dos profissionais de áreas afins.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CASSONE, Vittorio. **Direito Tributário: fundamentos** Constitucionais da tributação, definição de tributos e suas espécies, conceito e classificação dos impostos, doutrina, prática e jurisprudência. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CERVO, Amado Luiz, *et al.* *Metodologia Científica*. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas da pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, C. M. C. de. **Atenção básica na Assistência Social: entre miséria necessária, artes de governar e redes de solidariedade**. Dissertação/Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, 2010.

PAULSEN, Leandro. **Curso de direito tributário**. 3ed. Rev. atual. Porto Alegre: livraria do advogado Editora. 2010.

RUIZ, João Álvaro. *Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos*. 6 ed. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

SAI Leandro. **Direito Tributário atualizado**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível no site: direito atualizado. blogspot.com. br. Acesso em 14 de dezembro de 2012.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**, Florianópolis: UFSC, 2001.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1992.

VIERA, Sônia. *Como elaborar questionários*. São Paulo: Atlas, 2009.

ZANLUCA, Júlio César. **A importância da Gestão Tributária nas empresas**. 2010. Disponível no site: www.portaltributario.com.br. Acesso em 14 de dezembro de 2012.

http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/senior/RESUMOS/resumo_27.html -
acessado em: 08/06/2014

<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>. Acessado em: 10/06/2014

<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/231/399>. Acessado em:
28/06/2014

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Taxa>: Acessado em 02/07/2014

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudotributarios/TrabAcademicos/Textos/RobertoCausasEfeitoseComportamentodaEconomiaInformalnoBrasil.pdf>: Acessado em 28/08/2014

APÊNDICE 1: Questionário aplicado junto à população de comerciantes inseridos no mercado informal do município de Sumé-pb

PERFIL SOCIO ECONOMICO

DATA: _____ **PESQUISADOR (A):** _____

1) NOME: _____

2) GÊNERO: _____

3) FAIXA ETÁRIA (IDADE) _____

4) SITUAÇÃO ESCOLAR

- a) Alfabetizado () sim () não
- b) EJA () sim () não
- c) 1º grau completo () sim () não
- d) 1º grau incompleto () sim () não
- e) 2º grau completo () sim () não
- f) 2º grau incompleto () sim () não
- g) 3º grau completo () sim () não
- h) 3º grau incompleto () sim () não
- i) Iltrado () sim () não

II – INFORMAÇÕES RELACIONADAS AOS COMERCIANTES INSERIDOS NO MERCADO INFORMAL

5) Por que você optou por ser comerciante informal? _____

6) Na sua opinião, o comércio informal pode contribuir para o desenvolvimento local? () SIM
() NÃO

7) Por se tratar de um comércio informal vocês sofrem algum tipo de repressão por parte das autoridades?

() SIM

() NÃO

8) Você paga algum tributo a prefeitura? Qual?

() SIM

() NÃO

() SIM

() NÃO

9) Na sua opinião como o poder local pode contribuir para melhorar o aspecto do comércio informal?

() SIM

() NÃO

QUAIS? _____